

Cidades.

Falta de água e de pagamento

Cerca de mil moradores de um condomínio do Minha Casa Minha Vida, em Guarapari, estão sem água; 80% dos moradores não pagaram conta. *Página 11*

EDITORA:
ELISA RANGEL
erangel@redgazeta.com.br
Tel.: 3321.8446
agazeta.com.br/cidades
gazetacidades

NEGADO AUMENTO PARA PEDÁGIO DA 3ª PONTE

Valor não sofrerá alteração por decisão da Justiça Estadual

GABRIEL LORDÉLLO - 29/12/2014



O reajuste do pedágio da Terceira Ponte será negado por depender de decisão da Justiça Estadual, mas está sendo avaliado o aumento da tarifa da Rodovia do Sol

/// **VILMARA FERNANDES**
vfernandes@redgazeta.com.br

Há algumas semanas, o reajuste do pedágio da Terceira Ponte foi solicitado pela Concessionária Rodosol, mas não será concedido pela Agência Reguladora de Saneamento Básico e Infraestrutura Viária do Espírito Santo (Arsi).

Foi o que garantiu o diretor-geral do órgão regulador, Antônio Julio Castiglioni Neto, que não revelou o percentual solicitado: “Não tenho os números no momento, mas qualquer alteração no valor da tarifa depende de autorização da Justiça Estadual”.

Ainda não há definição sobre o reajuste do pedágio da Rodovia do Sol, em Guarapari. O aumento também foi solicitado pela concessionária, mas ainda está sendo analisado pelos técnicos da Arsi.

VALOR

R\$ 0,80

É o valor reduzido que continuará sendo cobrado na Terceira Ponte para os carros de passeio.

CONTRATO

Neto explicou que o aumento do pedágio da ponte foi solicitado com base em uma previsão contratual, que precisa ser apresentada cerca de três meses antes da data de aniversário do contrato, que é dezembro. “Vamos fazer as análises técnicas, mas a tarifa permanecerá em R\$ 0,80, como determinado pela Justiça”, disse.

A valor do pedágio da ponte foi reduzido em 2013, por intermédio de uma liminar, para R\$ 0,80.

O VAI E VEM DA TARIFA

Vai e vem ▼ 2013

Após os protestos ocorridos nas ruas, em 2013, a Justiça Estadual decidiu reduzir o pedágio da ponte para R\$ 0,80 até que fosse realizada uma auditoria no contrato assinado com a Rodosol, em 1998.

Suspensão ▼ 2014

Com base em um relatório preliminar do Tribunal de Contas do Estado (TCE), o governo

estadual suspendeu a cobrança da taxa em abril de 2014.

Retorno ▼ 2014

A cobrança retornou no final de 2014, por decisão da Justiça estadual, mas no valor reduzido de R\$ 0,80. E está sendo mantida, sem aumentos.

Balanco ▼ Auditoria TCE

O relatório final da auditoria do TCE aponta que a Rodosol deve ao

Estado R\$ 613 milhões e que o contrato precisa ser cancelado.

▼ Perícia

Uma nova perícia feita a pedido da Justiça aponta outra realidade, com dois cenários. No primeiro a Rodosol teria de devolver R\$ 3,2 milhões ao Estado, ou pode ter a receber cerca de R\$ 62 milhões. A diferença nos valores são investimentos não previstos no contrato. Quem decidirá se eles devem ser considerados será o juiz.

Ocorreu após os protestos que tomaram as ruas naquele ano. A partir daí a Justiça determinou a realização de uma auditoria no contrato e, até que fosse concluída, o valor reduzido deveria ser mantido.

Em paralelo, diversos órgãos também solicitaram ao Tribunal de Contas do Estado (TCE) que fizesse uma avaliação no mesmo contrato. Em abril do ano passado aquela Corte apresentou uma prévia da

auditoria. Com base nesse relatório, o governo estadual decidiu suspender a cobrança da tarifa.

A ponte ficou sem pedágio até o final de dezembro do ano passado, quando a Justiça retornou com a co-

brança reduzida, no valor de R\$ 0,80, até que se concluem os trabalhos de análise do contrato. Paralelamente, foi solicitada uma nova perícia, cujo resultado já foi anexado à ação judicial.

Em função disso, explicou Neto, “não se poderá fazer nenhuma alteração no pedágio”. A atitude vale também para os reajustes não concedidos nos anos de 2007 e 2008, em decorrência dos protestos de estudantes naqueles anos, e que também são sempre solicitados pela concessionária.

Até lá, acrescentou Neto, a Arsi – responsável pela fiscalização dos contratos de concessão, incluindo o assinado com a Rodosol – seguirá subsidiando a Justiça e os demais órgãos com o fornecimento de documentos e informações necessárias à realização das auditorias.